

Chegam mais 875 milhões do "jumbo"

**Da sucursal de
BRASÍLIA**

O Banco Central registrou ontem, oficialmente, o ingresso da nova parcela de US\$ 875 milhões do "jumbo" de US\$ 6,5 bilhões, de acordo com o programado. As autoridades brasileiras e os credores externos concordam em que o País continuará a receber os recursos contratados enquanto mantiver a aprovação do FMI quanto ao desempenho da sua economia.

O programa acertado com o FMI e os demais credores estabelece que as outras três parcelas de US\$ 875 milhões cada uma do "jumbo" ingressarão em junho, setembro e dezembro. Mas as duas próximas parcelas já ingressarão com o abatimento de US\$ 168 milhões cada uma, correspondente a juros. A parcela de dezembro será liberada com a dedução de US\$ 158 milhões. Ao longo do ano, mais precisamente de março a dezembro, os juros do "jumbo" somarão US\$ 604 milhões.

Com o ingresso dos US\$ 875 milhões, o Banco Central prevê que a posição líquida de caixa do País, ao final deste mês, subirá para US\$ 2,25 bilhões, mesmo na estimativa já conservadora de que o superávit na balança comercial de abril não passará de US\$ 796 milhões — US\$ 1,78 bilhão de exportações para US\$ 985 milhões de importações.

Como o FMI atua em consonância com o Banco Mundial, o Brasil também recebe mais recursos do banco. O Banco Central conta com o ingresso, ao longo deste ano, de US\$ 1,4 bilhão brutos do Banco Mundial. Em termos líquidos, o Brasil receberá US\$ 1,13 bilhão, após a dedução pelo Banco Mundial de parcelas de amortização e juros de operações anteriores.

Na opinião das autoridades brasileiras, o livre relacionamento com o FMI implica automaticamente mais facilidades para obter com rapidez créditos mais generosos do Banco Mundial e a retomada da confiança e da boa vontade dos países credores para com o modelo econômico brasileiro.

Fonte do governo observou que o ajuste das contas externas também já provocou reflexo psicológico importante no meio empresarial e demonstra que a implementação das medidas acertadas com o FMI não condena o País à recessão. Ressaltou que nada ainda permite prever a reativação acelerada da economia, como chegou a anunciar o senador Virgílio Távora (PDS-CE), um dos porta-vozes do governo federal para assuntos econômicos.